

INOVAÇÃO ESTRUTURAL É DETERMINANTE PARA A COMPETITIVIDADE ATUAL E FUTURA DA INDÚSTRIA

Tendo em vista a relevância da disseminação da cultura da inovação e da ampliação de sua prática no contexto industrial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) promoverão o 9.º Congresso de Inovação da Indústria entre 9 e 10 de março. A iniciativa reunirá lideranças das maiores empresas brasileiras e multinacionais das áreas de Tecnologia e Inovação em São Paulo-SP. O formato híbrido irá dispor de uma plataforma digital com capacidade para mais de 15 mil acessos simultâneos, possibilitando que interessados em todo o mundo assistam à programação.

Idealizado pela Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) – criada e coordenada pela CNI e que reúne cerca de 400 CEOs e lideranças das principais empresas com atuação no Brasil –, o Congresso de Inovação tem como missão fazer da agenda de inovação uma estratégia do País. “A inovação é o caminho mais curto para o desenvolvimento sustentável da economia”, ressalta Gianna Sagazio, diretora de Inovação da CNI.

Na entrevista concedida à revista *O Papel*, ela faz uma análise sobre os dados que refletem o atraso do Brasil frente aos avanços necessários, aponta quais medidas estratégicas deveriam estar sendo tomadas para reverter o quadro e ressalta como uma política integrada de inovação é indispensável para traçar um planejamento de curto, médio e longo prazos.

POR CAROLINE MARTIN
Especial para *O Papel*





**A inovação é o caminho mais curto para o desenvolvimento sustentável da economia",
ressalta Gianna**

O Papel – Você acha que a inovação exerce um papel mais relevante atualmente? De quais maneiras a inovação está inserida nos caminhos estratégicos que levarão à consolidação da bioeconomia e ao atendimento das demais demandas da sociedade?

Gianna Sagazio, diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – As áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação têm se tornado cada vez mais importantes para o desenvolvimento dos países. A pandemia, de alguma forma, deixou isso muito claro, pois os grandes desafios envolvidos no desenvolvimento dos países passam e passarão pelas respostas encontradas por essas áreas – com o Brasil e a indústria não seria diferente: Ciência, Tecnologia e Inovação são centrais para o fortalecimento de ambos e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

O Papel – Quais indicadores mostram o posicionamento do Brasil e da indústria brasileira em relação à inovação? Como você avalia esse posicionamento e a trajetória por trás dele?

Gianna – Alguns dados são muito importantes e mostram a conduta da indústria brasileira e do País como um todo em relação à inovação. A indústria nacional representa hoje mais de 20% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que também representa 69,2% das exportações de bens e serviços. A cada R\$ 1 produzido na indústria são gerados R\$ 2,43 na economia brasileira. Se compararmos com a agropecuária, esse valor cai para R\$ 1,45, enquanto no comércio fica em R\$ 1,49. Então, podemos constatar que o impacto da indústria brasileira na economia é muito forte, despontando como o mais forte entre todos os setores. Para dinamizar a nossa economia, Ciência, Tecnologia e Inovação na indústria são fundamentais. Tomando o cenário exter-

no como referência, vemos que os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm investido cada vez mais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), com uma taxa atual acima de 2% do PIB – Coreia e Israel destacam-se com investimentos superiores a 5% do PIB. No Brasil, o último dado disponível é de 2018 e ele nos mostra que estávamos investindo cerca de 1% do PIB. Além disso, o *Global Innovation Index*, principal relatório de inovação do mundo, aponta que o Brasil caiu 15 posições nos últimos dez anos e ocupa hoje o 57.º lugar entre 132 países.

O Papel – Quais entraves o Brasil deve enfrentar para usar a inovação como forma estratégica para alavancar uma indústria nacional mais sustentável?

Gianna – São vários fatores que contribuem para que um país seja inovador, já que é uma questão sistêmica. A melhoria da educação em todos os níveis, o preparo de profissionais para a indústria do futuro, que já está em curso, a desburocratização, a atualização do nosso marco regulatório e o incentivo aos investimentos privados são alguns exemplos do caminho a ser percorrido. Para que tudo isso aconteça, o Estado precisa investir, a exemplo do que acontece no mundo inteiro. Precisamos de aporte financeiro nas universidades e nos institutos de pesquisa para avançar a cultura da inovação, mas não é o que temos feito. Se olharmos na linha do tempo, pegando os últimos dados disponíveis, de 2018, podemos constatar que estamos investindo ainda menos atualmente, considerando os cortes feitos no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e os contingenciamentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (FNDCT). A MEI, que é coordenada pela CNI, apoiou fortemente a lei do FNDCT, criada pelo senador Izalci Lucas,

mas, apesar de ter sido aprovada, na prática, acabamos investindo menos em Ciência, Tecnologia e Inovação do que no ano anterior, que foi um período em que o fundo teve um contingenciamento de 90%. Não temos o dado oficial, mas a estimativa é de que não devemos estar investindo mais do que 0,5% do PIB. Essa situação certamente compromete o futuro do nosso País. E voltando ao dado de 2018, é importante salientar que dos 1,14% do PIB investidos em inovação, 0,61% é o dispêndio público e 0,53% é o privado. No entanto, se excluirmos a parcela desse investimento direcionada à pós-graduação, que é um investimento relevante, mas não está diretamente relacionado à inovação, o gasto público cai para 0,42%. Isso significa que o setor empresarial brasileiro está investindo mais em P&D do que o Estado.

O Papel – O Brasil dispõe de quais instrumentos públicos voltados à inovação atualmente?

Gianna – O Brasil lançou a Política Nacional de Inovação, no final de 2020, com a intenção de oferecer as ferramentas necessárias para estimular ideias e projetos inovadores em toda a sociedade. No entanto, essa política não conta com a participação do setor empresarial e acadêmico na sua governança. É válido citar uma definição do Manual de Oslo, que é a bíblia da inovação e apresenta diretrizes para coleta e uso de dados sobre atividades inovadoras da indústria: a inovação é a introdução de um bem ou um serviço novo ou significativamente melhorado no que se refere a suas características ou usos ou a implementação de métodos e processos de produção, distribuição ou organizacionais no mercado. Ou seja, é claro que há toda uma etapa inicial envolvida na inovação, de pesquisa básica e aplicada, por exemplo, mas ela termina por acontecer no mercado. Uma políti-

ca que não contempla a participação do setor empresarial e acadêmico tem sua eficácia comprometida. Sou conselheira do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), e lá temos discutido tanto a formulação de um projeto de lei para a consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação quanto a formulação de uma política integrada, que reúna todos os setores. Esse trabalho de construção está em andamento. Precisamos ter em mente que políticas públicas de longo prazo, associadas a investimentos privados, são indispensáveis para o futuro que almejamos.

O Papel – Na sua avaliação, a mobilização conjunta é um dos gargalos a serem enfrentados e superados pelo Brasil?

Gianna – De fato, hoje ainda não dispomos de uma política integrada de Ciência, Tecnologia e Inovação que olhe para o futuro, que tenha metas de longo prazo, indicadores acompanhando os avanços conquistados, orçamentos destinados a esse fim. Precisamos estruturar esse projeto conjuntamente, contando com a participação de todos os elos que fazem parte desse desenvolvimento. Isso é uma construção do País, é preciso ouvir o setor empresarial, ouvir a academia, porque eles fazem parte disso e são peças-chave para listar as proposições em busca de avanços.

O Papel – Você acredita que o setor privado está mais atento à relevância desse tipo de investimento, tanto para o fortalecimento da própria competitividade quanto para todos os aspectos ligados à sustentabilidade? Está em linha com os desenvolvimentos práticos que a inovação demanda?

Gianna – Uma pesquisa da CNI, realizada pelo Instituto FSB Pesquisa, com executivos de 500 grandes e médias empresas industriais, divulgada em outubro de 2021, mostrou que oito em cada dez indústrias grandes e médias brasileiras inovaram em 2020 e 2021 e viram crescer sua produtividade, sua competitividade e seus resultados financeiros. Ou seja, apesar da falta do envolvimento público nos investimentos necessários e das dificuldades de acesso aos recursos, as empresas têm buscado inovar, pois sabem que o contrário disso pode comprometer o futuro delas. Inovar não é uma opção, é essencial para que a empresa possa continuar a existir, gerando renda e empregos de qualidade. De qualquer forma, é importante ressaltar que poderíamos inovar muito mais se tivéssemos uma política pública industrial, tecnológica, de inovação bem estruturada, e se tivéssemos um maior patamar de investimento direcionado a esse propósito comum.

O Papel – Você vislumbra oportunidades crescentes neste contexto? De que forma a CNI vem trabalhando para contribuir com esse objetivo de alavancar as práticas inovadoras no Brasil?

Gianna – Certamente temos diversas alternativas estratégicas para conquistar avanços, principalmente se lembrarmos que o Brasil é o País da biodiversidade e pode explorar diferentes vias para fortalecer a bioeconomia. A CNI e a MEI têm trabalhado incansavelmente para que possamos avançar e tornar a indústria nacional mais forte, mais produtiva, mais inovadora, gerando desenvolvimento para o Brasil. Temos uma série de instrumentos para apoiar empresas de diferentes portes, incluindo parcerias com o Senai, Sebrae, Embrapii. No site MEI Tools, <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/mei/programas-me/mei-tools/>, é possível encontrar todos os instrumentos de fomento à inovação em vigência no País hoje. Em paralelo às ferramentas já disponíveis, os Grupos de Trabalho (GT) da MEI dedicam-se a diferentes temas, entre eles, marco regulatório, contribuições para formulação da política de Ciência, Tecnologia e Inovação, financiamento, recursos humanos, educação técnica e profissional, transformação digital, indicadores de P&D e Inovação, e sustentabilidade. ■

9.º Congresso de Inovação da Indústria

Data: 9 e 10 de março de 2022

Local: Seguindo os protocolos de segurança da Covid-19, o evento será realizado em formato híbrido. Assim, apenas convidados poderão estar presentes na arena montada no WTC Events Center, em São Paulo, mas a plataforma digital poderá ser acessada gratuitamente mediante inscrição prévia.

Objetivo: Debater o que há de mais moderno em termos de tecnologia em 40 painéis com 26 palestrantes internacionais, de 15 diferentes países, além de 75 brasileiros. A edição abordará temas como caminhos para um Brasil mais inovador, megatendências, futuro do trabalho, da alimentação, da saúde e, também, da produção de energia. Entre os palestrantes confirmados, está Fernando Bertolucci, diretor executivo de Tecnologia e Inovação da Suzano.

Inscrição e mais informações: www.congressodeinovacao.com.br